



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Declaração n.º 323/2011

Deliberação n.º 61/2011

Dr.ª Sandra Cristina Nunes Marques — nomeada juíza de paz, pelo Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, em 29 de Novembro de 2011, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, por um triénio, a começar ao findar o que, actualmente, exerce.

Sem necessidade de nova posse, visto que continua no Julgado de Paz do Seixal.

Deliberação n.º 62/2011

Dr.ª Maria de Ascensão Ribeiro Pires Arriaga — nomeada juíza de paz, pelo Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, em 29 de Novembro de 2011, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, por um triénio, a começar ao findar o que, actualmente, exerce.

Sem necessidade de nova posse, visto que continua no Julgado de Paz de Cascais.

Deliberação n.º 63/2011

Dr.ª Ana Paula Grandão Teles, juíza de paz do agrupamento de concelhos sediado em Cantanhede — exonerada de juíza de paz, a seu pedido, pelo Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2011, inclusive.

6 de Dezembro de 2011. — O Presidente, *J. O. Cardona Ferreira*.
205437493



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 20/2011

O Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de Fevereiro, criou a Parque Escolar, E. P. E., e aprovou os respectivos estatutos, posteriormente alterados pelo Decreto-Lei n.º 83/2009, de 2 de Abril.

Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º dos Estatutos da Parque Escolar, E. P. E., os membros do conselho de administração são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação, com um mandato de três anos, renovável por idênticos períodos.

Na sequência da renúncia apresentada, em 24 de Janeiro de 2011, pelo engenheiro Gerardo José Saraiva de Menezes ao cargo de vogal do referido conselho de administração, a qual produziu os seus efeitos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 404.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), em 28 de Fevereiro de 2011, pretende-se proceder à respectiva substituição nomeando-se, para completar o mandato em curso (triénio de 2010-2012), a licenciada em Organização e Gestão de Empresas Carla Marina Teixeira Ramos Ferreira.

Assim:

Nos termos da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta dos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação e Ciência, em substituição do engenheiro Gerardo José Saraiva de Menezes, para o cargo de vogal do conselho de administração da Parque Escolar, E. P. E., a licenciada em Organização e Gestão de Empresas Carla Marina Teixeira Ramos Ferreira, para completar o mandato em curso, correspondente ao triénio de 2010-2012, cuja síntese curricular se publica em anexo à presente resolução, da qual faz parte integrante.

2 — A presente resolução produz efeitos a partir de 5 de Dezembro de 2011.

2 de Dezembro de 2011. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome — Carla Marina Teixeira Ramos Ferreira.

Data de nascimento — 2 de Março de 1973.

Formação académica — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (área vocacional de Finanças) pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), concluída em 1996.

Actividade profissional:

Auditora financeira na Ernst & Young (desde 1996), com a categoria de *Senior Manager*. Ao longo deste percurso incluíram-se no seu *portfolio* clientes públicos e privados, industriais e prestadores de serviços de diferentes ramos de actividade, nomeadamente de água e saneamento, energia e serviços de apoio, transportes aéreos, construção e imobiliário, equipamento pesado, farmacêutica, alimentar, automóvel, turismo e tecnologia. Para além da auditoria financeira, desenvolveu igualmente trabalhos de auditoria/controlo interno;

Desde 2006 acumula com a auditoria financeira a função de *Program Manager* do departamento de *Quality and Risk Management* da Ernst & Young Portugal. Nesta função tem a responsabilidade na implementação de processos e respectivos instrumentos de suporte, bem como a monitorização da sua eficácia;

É também formadora nas áreas de metodologias de auditoria, controlo interno e contabilidade (desde 1999).

Certificações profissionais — revisor oficial de contas (inscrito desde Abril de 2007 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1294).

19852011

Resolução n.º 21/2011

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos do Teatro Nacional D. Maria II, E. P. E. (TNDM II, E. P. E.), aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2007, de 27 de Abril, os membros do conselho de administração são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura.

Considerando que terminou, entretanto, o mandato dos membros do conselho de administração do TNDM II, E. P. E., torna-se necessário e urgente proceder à nomeação dos novos membros do órgão de administração a fim de garantir o regular funcionamento deste Teatro Nacional.

Considerando que as empresas públicas da área da cultura, no âmbito do processo em curso de optimização dos recursos públicos, vão ser objecto, a curto prazo, de alterações estatutárias e agrupadas num acordo complementar de empresas, os mandatos dos membros do conselho de administração que ora se nomeiam terminarão, excepcionalmente, com a entrada em vigor da legislação que vai concretizar a reorganização das empresas públicas do Estado da área da cultura.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos do TNDM II, E. P. E., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2007, de 27 de Abril, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta do Ministro de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Cultura, o licenciado Carlos Manuel dos Santos Vargas e os licenciados António Maria Trigo de Lemos Taborda Pignatelli e Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões para os cargos, respectivamente, de presidente e vogais do conselho de administração do TNDM II, E. P. E., cujas notas curriculares constam do anexo à presente resolução e da qual fazem parte integrante.

2 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos desde a data da sua aprovação.

2 de Dezembro de 2011. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

Notas curriculares

Carlos Manuel dos Santos Vargas.

Data de nascimento: 29 de Setembro de 1966.

Formação académica:

Doutorando em Ciência Política, especialidade de Políticas Públicas, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Licenciatura em Línguas e Literaturas Clássicas, pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (1991-1995);

Engenheiro de máquinas pelo Instituto Militar dos Pupilos do Exército (1984-1987);

Estudos secundários no Instituto Militar dos Pupilos do Exército (1976-1983).

Experiência profissional:

Assessor da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (Junho de 2010-Agosto 2011);

Vogal do conselho de administração do OPART, E. P. E. (2007-2010);

Vogal do conselho directivo do Teatro Nacional de São Carlos (2004-2007);

Subdirector da Companhia Nacional de Bailado (1997-2004);

Administrador liquidatário do Instituto Português do Bailado e da Dança (1998-2001);

Vogal da comissão executiva do Instituto Português do Bailado e da Dança (1996-1998);

Membro do conselho geral do INATEL, em representação do Ministério da Cultura (1997-2000);

Membro do conselho de fundadores da Fundação de São Carlos, em representação do Ministério da Cultura (1995-1998);

Adjunto do Secretário de Estado da Cultura, Prof. Doutor Rui Vieira Nery, no XIII Governo Constitucional (1995-1996).

Docência:

Desde 2010, é conferencista convidado do ISCTE/ IUL, no âmbito do programa de mestrado em Gestão Cultural;

É assistente convidado do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do programa de mestrado Práticas Culturais para os Municípios.

António Maria Trigo de Lemos Taborda Pignatelli.

Data de nascimento: 24 de Março de 1960.

Licenciado em Direito.

Experiência profissional:

Câmara Municipal de Lisboa: técnico superior (jurista), desde de 13 de Outubro de 2006, na Direcção Municipal de Projectos e Obras/ Departamento de Empreitadas, Prevenção e Segurança — DMPO/DEPS, actualmente, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde (DGIES):

Chefe de divisão do Gabinete Jurídico, de Junho de 1995 a Outubro de 2006;

Técnico superior assessor principal, a partir de Julho de 2006;

Técnico superior de 1.ª classe, de Janeiro de 1992 a Junho de 1995;

Técnico superior de 2.ª classe, de Janeiro de 1989 a Janeiro de 1992;

Hospital de Santa Cruz — Carnaxide: técnico superior de 2.ª classe, de Março de 1987 a Dezembro de 1988;

Advocacia: actividade forense, em escritório próprio, a partir de Outubro de 1984, onde realizou o seu estágio (presentemente a actividade está suspensa).

Actividades recreativas, desportivas, políticas e culturais:

Direcção do Grupo Dramático Ramiro José, de 1987-1988 a 1989-1990 (inclusive);

Vice-presidente para as actividades administrativas;

Vice-presidente para as actividades desportivas;

1.º secretário da assembleia geral;

Presidente da Assembleia da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, para o mandato de 1990-1994;

Chefe de reportagem do jornal e revista *Século de Joanesburgo*, em 1993.

Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões.

Data de nascimento: 30 de Outubro de 1971.

Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com média final de 14 valores, em 8 de Julho de 1994.

Actividade profissional:

Maio de 1996: ingresso na Câmara Municipal de Lisboa, em regime de contrato de prestação de serviços na área de economia;

Janeiro de 1998: passa a exercer funções como técnica superior de 2.ª classe (economia, finanças e gestão), com contrato de trabalho a termo certo, tendo entrado para o quadro, como técnica superior de 2.ª classe (economia, finanças e gestão), em Maio de 2000, sendo promovida a técnica superior de 1.ª classe (economia, finanças e gestão) em Fevereiro de 2002 e a técnica superior principal (economia, finanças e gestão) em Fevereiro de 2007. Desde Janeiro de 2009, por transição legal, integra a carreira e categoria de técnica superior em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

Maio de 1996 a Março de 2001: exerce funções na área económica e financeira, no Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos (DHURS), no Núcleo de Planeamento, Controlo e Qualidade;

Março de 2001: designada coordenadora do Núcleo de Gestão Orçamental e Aprovisionamentos, estando afecto a este núcleo o armazém do Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos (DHURS);

Setembro de 2003: exerce funções de coordenação do Núcleo de Contabilidade do DHURS, agregado e inserido no Núcleo de Gestão Orçamental e Aprovisionamentos, o qual coordena;

2004: colabora na introdução do sistema de controlo interno no Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos (DHURS), projecto pioneiro ao abrigo do POCAL;

2005 a Abril de 2009: cumulativamente com o cargo de coordenação, no Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos (DHURS), exerce funções de assessoria financeira da Direcção Municipal de Ambiente Urbano (DMAU). Integra ainda a equipa de qualidade para implementação, no DHURS, do sistema de gestão de qualidade, ao abrigo da ISO 9001:2000. Desde Janeiro de 2006, passou, ainda, a exercer funções de oficial pública. Em 2006, integra o projecto de gestão de aprovisionamento e centralização de compras da Câmara Municipal de Lisboa, com implementação do processo de compras em SAP SRM e aplicação da plataforma electrónica de contratação pública. Em 2008, é nomeada para coordenar os trabalhos, ao nível da Direcção Municipal de Ambiente Urbano (DMAU), de reanálise dos regulamentos, taxas e preços, ao abrigo do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro);

Outubro de 2010: passa a exercer funções no Núcleo de Controlo e Gestão da Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), na área de gestão orçamental, elaboração de orçamento e plano de actividades, relatório anual de actividades, balanço social e outros relatórios relativos à área de recursos humanos, dando ainda apoio na área da contratação pública.

Outras actividades:

Agosto a Setembro de 1994: elaboração de projectos de investimento no âmbito da CEE;

Setembro a Dezembro de 1994: estágio na área de cobranças no Grupo Aliança UAP;

1995-1996: autora e coordenadora de projectos ambientais aprovados e financiados pela Comunidade Económica Europeia, no âmbito da associação A Rocha — Associação Cristã de Estudos e Defesa do Ambiente, Mexilhoeira, Ria Formosa, Algarve, tendo participado em reuniões com a administrateur principal da Direction Générale XVI — Politiques Régionales, em Bruxelas;

Janeiro de 1995 a Abril de 1996: estágio na empresa TECOPAL — Assistência Técnica e Comercial de Máquinas Industriais de Pombal, L.ª, Zona Industrial de Pombal, estágio, com duração de 12 meses, na área

financeira, no âmbito do Programa Jovens Técnicos para a Indústria, tendo sido posteriormente contratada;

Janeiro a Março de 2000: consultoria e apoio técnico aos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa (SSCML), relativamente à aplicação do novo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro — Código dos Contratos Públicos.

19842011

Resolução n.º 22/2011

O conselho de administração da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., foi nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2010, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de Abril de 2010, tendo, entretanto, o presidente do conselho de administração apresentado a sua renúncia ao cargo.

Pretendendo o Governo nomear um novo conselho de administração para a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., torna-se necessário, nos termos da lei, dissolver o actual conselho.

Assim:

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, do n.º 3 do artigo 16.º dos estatutos da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de Junho, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Dissolver o conselho de administração da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. (AICEP, E. P. E.), nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2010, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de Abril de 2010.

2 — Nomear, sob proposta dos Ministros de Estado e das Finanças, de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Economia e do Emprego, para integrarem o conselho de administração da AICEP, E. P. E., as seguintes personalidades, cujas notas curriculares constam do anexo à presente resolução e da qual fazem parte integrante:

- a) Presidente — Dr. Pedro Trigo de Morais de Albuquerque Reis;
b) Vogais executivos:

Dr. António José Emauz de Almeida Lima;
Dr. Manuel Mendes Brandão;
Mestre Pedro Pereira Gonçalves;
Engenheiro José Manuel Vital Morgado.

3 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos desde a data da sua aprovação, salvo quanto à nomeação do Dr. António José Emauz de Almeida Lima a qual produzirá efeitos a 1 de Janeiro de 2012.

2 de Dezembro de 2011. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

Notas curriculares

Pedro Trigo de Morais de Albuquerque Reis

Experiência académica:

Strategic Finance em Harvard Business School, EUA (2005);
AMP (Advanced Management Program) no Insead, França (1996);
PAGE (Programa Avançado de Gestão para Executivos) pela Universidade Católica Portuguesa (de Novembro de 1994 a Maio de 1995);
Licenciatura em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa (1986-1992).

Experiência profissional:

Consultor da CV&A com a função de vice-presidente (de Julho de 2011 a Outubro de 2011);
Administrador da Imago (de Outubro de 2008 a Maio de 2011);
Presidente do Grupo Tubus (1999-2007);
Presidente da Altamira (1995-1999);
Administrador da Altamira (1991-1995).

Outros:

Autor do livro *Voltar a Crescer* que traça um diagnóstico da economia portuguesa com base num estudo feito junto de 55 empresários e gestores portugueses (Março de 2011);

Orador convidado do XXV FAES Economic Observatory (Fundação presidida pelo ex-presidente do Governo espanhol, José Maria Aznar) em Madrid, sobre «O futuro do euro» (Maio de 2011);

Indicado pelo grupo de trabalho português do Festival de Cannes para Júri Internacional em representação de Portugal no Festival Cannes 2011 na categoria de Public Relations (Novembro de 2010);

Nomeado para «Personalidade da comunicação do ano» pela Meios & Publicidade em Maio de 2010;

Comentador da TVI 24 desde Outubro de 2009 a Abril de 2011;

Colaborador mensal da revista *Fortunas & Negócios* com a coluna «Pensar a Gestão» (em 1997 e de 1999 a 2001);

Colaborador do jornal *O Independente* na secção «Empresas & Negócios» (de 2000 a 2001);

Vencedor do «Prémio Gestores do Amanhã» atribuído pela Egon Zehnder Internacional, pela revista *Fortunas & Negócios* e pelo JNICT (1995).

Dr. António José Emauz de Almeida Lima

1982 — Licenciado em Direito (especialização em Relações Internacionais), pela Universidade Católica Portuguesa.

1983 — Organização do ciclo de colóquios internacionais sobre a integração de Portugal nas Comunidades Económicas Europeias, no Instituto Progresso Social e Democracia, em Lisboa.

1983 — Admitido, por concurso público, no Ministério dos Negócios Estrangeiros como adido de embaixada.

1984 — Representação permanente junto da ONU, em Nova York.

1986 — Terceiro-secretário de embaixada na Direcção dos Serviços Multilaterais do MNE.

1987 — Segundo-secretário de embaixada no Protocolo de Estado. 1987 — Adjunto do Gabinete do Secretário Estado das Comunidades Portuguesas.

1989 — Primeiro-secretário na Embaixada em Londres.

1993 — Primeiro-secretário na delegação permanente junto da OTAN/ União da Europa Ocidental em Bruxelas.

1994 — Ministro-conselheiro na Embaixada em Maputo.

1998 — Director dos Serviços da América do Norte do MNE.

2001 — Director dos Serviços da África Subsariana do MNE.

2003 — Chefe do Gabinete da Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas.

2004 — Ministro plenipotenciário e subdirector-geral das Relações Bilaterais.

2006-2011 — Cônsul-geral no Rio de Janeiro.

Dr. Manuel Mendes Brandão

Formação académica:

Licenciatura em Direito, Universidade Católica Portuguesa, Porto — 1999;

Universität des Saarlandes, Saarbrücken, Alemanha, cursos de Direito Fiscal e Integração Europeia — 1998-1999;

Frequência do curso de pós-graduação de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra — 2001-2002.

Habilitações profissionais:

Advogado nas áreas de *corporate*, contratação pública, direito marítimo e portuário, imobiliário e publicidade na Sociedade de Advogados — Albuquerque & Associados, desde Outubro de 2005.

Administrador não-executivo da OGMA — Indústria Aeronáutica de Portugal S. A., desde Março de 2005.

Chefe do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional do XVI Governo Constitucional (despacho n.º 16 654/2004, de 17 de Julho, do Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar), até Janeiro de 2005.

Representante nacional junto do Nato Industrial Advisory Group (NIAG) NATO, Bélgica — 2004.

Membro da comissão de acompanhamento do processo de alienação da OGMA — Indústria Aeronáutica de Portugal, S. A., nomeado pelo Estado Português (despacho conjunto n.º 476/2004, de 8 de Julho, dos Ministros de Estado e das Finanças, de Estado e da Defesa e da Economia) — 2004.

Chefe do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional do XV Governo Constitucional, (despacho n.º 22 861/2003, de 10 de Novembro, do Ministro de Estado e da Defesa Nacional) — 2003/2004.

Membro da CPC (despacho n.º 3385/2003, de 19 de Fevereiro, do Ministro de Estado e da Defesa Nacional) — 2002-2005.

Consultor jurídico do Ministro de Estado e da Defesa Nacional (despacho n.º 22/2002, de 29 de Abril, do Ministro de Estado e da Defesa Nacional) — 2002-2003.

Consultor para a área dos Assuntos Europeus, Assembleia da República — 1999-2002.

Mestre Pedro Pereira Gonçalves

Habilitações académicas:

Universidade Nova de Lisboa, 2001-2002: MBA — Master in Business Administration;